bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Auditores Independentes.

Inovação em Produtos e Serviços

Além de possibilitar ao cliente a formação de uma reserva financeira, foi remodelado o *portfólio* com o lançamento de novos produtos da família Max Prêmios Bradesco com pagamentos mensais e únicos, variando de R$ 20,00 (mensal) a R$ 25.000,00 (único).

Alinhado com os princípios de sustentabilidade e a busca da desmaterialização de serviços, foram disponibilizadas no Bradesco *Internet Banking* para os correntistas Pessoa Física, as correspondências sobre títulos de capitalização, que antes eram enviadas por meio dos Correios, gerando economia de recursos financeiros e físicos. Foi também implementada uma nova funcionalidade de aceite de proposta de capitalização por meio do *SMS*.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício de 2018, a Bradesco Capitalização manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo arrecadação no montante de R$ 6,146 bilhões (R$ 5,790 bilhões no exercício de 2017), crescimento de 6,15%. Foram sorteados 3.014 títulos, atingindo o montante de R$ 87,846 milhões de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício com 2,8 milhões de clientes e uma carteira de 23,197 milhões de títulos ativos.

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2018, Lucro Líquido de R$ 501,682 milhões (R$ 435,086 milhões no exercício de 2017), crescimento de 15,31% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 72,34% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

A diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Eventos Societários

Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2018, foi aprovada a incorporação da empresa ligada Kirton Capitalização S.A., através de aporte de capital, realizado pela sua controladora Bradesco Seguros S.A., objetivando a reorganização societária, bem como a maximização e otimização das operações e recursos disponíveis e, consequentemente, eliminação dos custos. Em 27 de agosto de 2018, o ato societário foi aprovado por meio da Portaria SUSEP nº 7.192.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2018, foi deliberada a redução de capital no montante de R$ 220 milhões, sem alteração no número de ações.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Investindo para o Futuro

Em seus mais de trinta anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados e atender suas expectativas. Tudo isso, aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito de guardar dinheiro e concorrer a prêmios.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo da Bradesco Capitalização maior e uma das mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil.

No exercício de 2018, foram concentrados esforços no desenvolvimento de novos produtos e na implementação do sistema TPAR (Títulos de Parcerias), buscando continuidade no desenvolvimento de novas plataformas, com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés de desmaterialização, bem como a integração com a arquitetura do Banco Bradesco. Entre os novos produtos, destaca-se o Pé Quente Max Prêmios Bradesco Capitalização, um produto inovador, diferenciado e abrangente, permitindo aos clientes uma ótima maneira de guardar dinheiro e ainda concorrer a prêmios todas as semanas.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o aculturamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objetives for Information and Related Technology).* A Bradesco Capitalização realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros possui um programa de integridade alinhado aos requisitos da Lei 12.846/13, reforçando o compromisso com a transparência e incentivo à conduta ética na condução dos negócios, princípios constantes no Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e Setoriais. Os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo se mantêm disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, aprimorando os controles existentes de detecção de situações suspeitas, realizando a devida comunicação ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e assegurando o atendimento às regulamentações pertinentes.

O Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do Grupo Bradesco Seguros, alinhada com as novas regulamentações nacionais e internacionais que abrangem o tema.

Premiações

A Bradesco Capitalização foi destaque no Prêmio Segurador Brasil nas categorias: "Melhor Desempenho Global" (faturamento acima de R$ 2,5 bilhões) e "Melhor Evolução Global - Market share".

A Bradesco Capitalização ficou em primeiro lugar no *ranking* do segmento "Capitalização" no Anuário Valor 1000, editado pelo jornal Valor Econômico. A publicação apresenta análises detalhadas sobre as mil maiores empresas do Brasil, com base em critérios como competitividade, investimentos e infraestrutura.

A Bradesco Capitalização foi destaque no Prêmio Mercado de Seguros, promovido pela revista Seguro Total, conquistando o troféu Gaivota de Ouro na categoria "Excelência na Carteira de Capitalização – Empresa Líder e Melhor Resultado em Vendas". Também foi líder no prêmio Estadão Finanças Mais, concedido pelo jornal O Estado de S. Paulo, no segmento "Capitalização".

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		**2.025.617**	**1.447.088**
Disponível		**847**	**84**
Caixa e bancos		847	84
Aplicações	4	**1.916.874**	**1.367.900**
Crédito das operações de capitalização	5	**20.835**	**5.100**
Crédito das operações de capitalização		20.835	5.100
Outros créditos operacionais		**2.761**	**36**
Outros créditos operacionais		2.761	36
Títulos e créditos a receber		**83.675**	**73.968**
Créditos tributários e previdenciários	7a	83.644	73.936
Outros créditos		31	32
Despesas antecipadas		**625**	**-**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**7.354.282**	**6.841.047**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**7.309.515**	**6.780.065**
Aplicações	4	**7.236.014**	**6.706.323**
Títulos e créditos a receber		**73.501**	**73.742**
Créditos tributários e previdenciários	7a	**-**	**19.228**
Depósitos judiciais e fiscais	14(v)	73.501	54.514
INVESTIMENTOS		**3.849**	**-**
Outros investimentos		3.849	-
IMOBILIZADO	8	**1.073**	**1.151**
Bens móveis		232	174
Outras imobilizações		841	977
INTANGÍVEL	9	**39.845**	**59.831**
Outros intangíveis		39.845	59.831
TOTAL DO ATIVO		**9.379.899**	**8.288.135**

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		**8.539.073**	**7.472.458**
Contas a pagar		**350.159**	**416.994**
Obrigações a pagar	10	33.304	146.157
Impostos e encargos sociais a recolher		2.827	1.319
Encargos trabalhistas		550	476
Impostos e contribuições	11	313.478	269.042
Débitos de operações com capitalização		**522**	**433**
Débitos operacionais		522	433
Depósitos de terceiros	12	**1.437**	**738**
Provisões técnicas - capitalização	13	**8.186.955**	**7.054.293**
Provisão para resgates		8.028.554	6.875.023
Provisão para sorteios		60.805	75.475
Provisão administrativa		97.596	103.795
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**102.469**	**22.278**
Contas a pagar		**69.761**	**-**
Outras contas a pagar		356	-
Tributos diferidos	7b	69.405	-
Outros débitos	14(iv)	**32.708**	**22.278**
Provisões judiciais		32.708	22.278
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	**738.357**	**793.399**
Capital social		637.276	385.000
Redução de capital (em aprovação)		(220.000)	-
Reservas de lucros		201.107	406.425
Ajustes de avaliação patrimonial		119.974	1.974
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.379.899**	**8.288.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares reais, exceto o lucro liquido por ação)

	Nota	2018	2017
Receita líquida com títulos de capitalização		**804.299**	**678.707**
Arrecadação com títulos de capitalização		6.145.562	5.790.520
Variação da provisão para resgate		(5.341.263)	(5.111.813)
Variação das provisões técnicas		**7.746**	**(6.813)**
Resultado com sorteio		**(71.349)**	**(102.744)**
Custo de aquisição	19(a)	**(44.461)**	**(38.939)**
Outras receitas e despesas operacionais	19(b)	**48.933**	**21.714**
Outras receitas operacionais		63.791	34.242
Outras despesas operacionais		(14.858)	(12.528)
Despesas administrativas	19(c)	**(93.286)**	**(98.869)**
Despesas com tributos	19(d)	**(40.346)**	**(29.772)**
Resultado financeiro	19(e)	**334.437**	**367.595**
Receitas financeiras		852.353	856.837
Despesas financeiras		(517.916)	(489.242)
Resultado operacional		**945.973**	**790.879**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		**(15.587)**	**360**
Resultado antes dos impostos e participações		**930.386**	**791.239**
Imposto de renda	19(f), 20	(236.259)	(194.789)
Contribuição social	19(f), 20	(191.829)	(160.851)
Participações sobre o resultado		(616)	(513)
Lucro líquido do exercício		**501.682**	**435.086**
Quantidade de ações		**309.373**	**227.152**
Lucro líquido por ação - R$		**1.621,61**	**1.915,40**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 *(Em milhares de reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**501.682**	**435.086**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Companhia	171.307	236.509
Saldo de incorporação	15.215	-
Efeitos dos impostos	(68.522)	(94.604)
Total do resultado abrangente do exercício	**619.682**	**576.991**
Atribuível aos acionistas controladores	**619.682**	**576.991**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 *(Em milhares reais)*

	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	**930.386**	**791.239**
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	17.771	15.478
- Reversão das perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(3.849)	-
- Despesas antecipadas	(575)	-
- Variações das provisões técnicas	5.344.552	5.187.128
- Provisão para riscos sobre créditos	(3.174)	-
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	20.010	(7)
- Variações monetárias	426.898	388.384
Lucro líquido ajustado do exercício	**6.732.019**	**6.382.222**
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	499.550	1.598.820
- Créditos das operações de capitalização	(15.735)	1.707
- Títulos e créditos a receber	(53.912)	760
- Outros créditos operacionais	(2.725)	(23)
- Contas a pagar	(70.166)	28.643
- Débitos das operações de capitalização	89	104
- Depósitos de terceiros	698	47
- Provisões técnicas - capitalização	(5.092.603)	(5.266.705)
- Outros débitos	1.139	(623)
Caixa consumido pelas operações	**(4.733.665)**	**(3.637.270)**
Imposto de renda sobre o lucro pago	(204.574)	(188.750)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(167.170)	(155.062)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.626.610**	**2.401.140**
Atividades de investimento		
- Aplicações - Títulos disponíveis para a venda	(852.953)	(2.162.891)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	179.103	236.779
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(7.806)	(271)
- Aquisição/baixa de imobilizado	(146)	(9)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(17.571)	(29.790)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	**(699.373)**	**(1.956.182)**
Atividades de financiamento		
- Efeitos de incorporação (nota 1a)	526	-
- Redução de capital	(220.000)	-
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(707.000)	(445.000)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	**(926.474)**	**(445.000)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**763**	**(42)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	84	126
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	847	84
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**763**	**(42)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 *(Em milhares de reais)*

			Reservas de lucros				
	Capital social	Aumento/ (redução) de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º janeiro de 2017	**385.000**	**-**	**67.952**	**154.897**	**(139.931)**	**-**	**467.918**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	141.905	-	141.905
Dividendos por conta de reservas (R$ 638,34 por ação)	-	-	-	(145.000)	-	-	(145.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	435.086	435.086
Dividendos propostos (R$ 468,89 por ação)	-	-	-	-	-	(106.510)	(106.510)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	9.046	319.530	-	(328.576)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**385.000**	**-**	**76.998**	**329.427**	**1.974**	**-**	**793.399**
Aumento (redução) de capital:							
AGE de 29/06/2018 (Nota 01)	-	252.276	-	-	15.215	-	267.491
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT Nº 7.192 de 27/08/2018	252.276	(252.276)	-	-	-	-	-
AGE de 29/11/2018	-	(220.000)	-	-	-	-	(220.000)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	102.785	-	102.785
Dividendos pagos por conta de reservas (R$ 1.064,82 por ação)	-	-	-	(329.427)	-	-	(329.427)
Dividendos pagos (R$ 1.220,45 por ação)	-	-	-	-	-	(377.573)	(377.573)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	501.682	501.682
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	6.455	117.654	-	(124.109)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**637.276**	**(220.000)**	**83.453**	**117.654**	**119.974**	**-**	**738.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 30 de janeiro de 2019.

a. Incorporação da Kirton Capitalização S.A.

Essas demonstrações contábeis contemplam a incorporação da empresa ligada Kirton Capitalização S.A., realizada com objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção daquela sociedade.

A incorporação do acervo líquido da Kirton Capitalização S.A., composto por todos os seus direitos e obrigações, na data-base de 31 de maio de 2018, foi efetuada com base no valor patrimonial contábil de acordo com laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil efetuado por empresa especializada.

Em decorrência, o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado, em 15 de junho de 2018, entre a Bradesco Capitalização e a Kirton Capitalização, estabelece o aumento do patrimônio líquido da Bradesco Capitalização no montante de R$ 267.491, sendo (i) R$ 252.276 levado à conta de capital social, mediante emissão de 82.221 ações ordinárias, em decorrência da incorporação do patrimônio líquido da Kirton Capitalização S.A.; (ii) R$ 15.215 correspondente ao ajuste a valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda".

O acervo líquido contábil, objeto da mencionada incorporação, pode ser resumido como segue:

ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Caixa e bancos	526	Contas a pagar	15.245
Aplicações (nota 4e)	296.028	Depósitos de terceiros	1
Títulos e créditos a receber	6.613	Provisões técnicas – capitalização (nota 12b)	449.411
Despesas antecipadas	50		
	303.217		**464.657**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
Aplicações (nota 4e)	429.234	Contas a pagar	11.039
Títulos e créditos a receber	19.546	Outros débitos (nota 13v)	8.811
	448.780		**19.850**
IMOBILIZADO (nota 7)	1	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**267.491**
TOTAL DO ATIVO	**751.998**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**751.998**

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 14 - Provisões judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Fundos Imobiliários

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das Operações de Capitalização" e "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

g. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

h. Redução ao valor recuperável *(impairment)* de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

i. Provisões técnicas

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros. A metodologia de cálculo consiste na projeção do valor presente esperado das despesas dos sorteios futuros e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao sorteio dos pagamentos futuros dos títulos.

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizado a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos.

As Outras Provisões Técnicas (OPT), foram constituídas para provisionar valores de Participação nos Lucros de títulos de capitalização registrados ao portador, porém a companhia nos últimos anos não recebeu nenhuma solicitação por parte dos detentores desse direito, sendo o valor esperado de pagamento desses valores igual a zero. O saldo da OPT de R$ 1.547 foi revertido considerando o cenário acima e a prévia autorização da SUSEP, sem gerar quaisquer prejuízos quanto aos seus direitos.

j. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento 2018/2017
15414.901056/2016-64	PU	8,04%
15414.900003/2018-98	PU	12,43%
15414.901057/2016-57	PU	5,18%
15414.001381/2006-53	PU	8,90%
15414.900001/2018-07	PU	8,46%
15414.901363/2017-26	PM	12,78%
15414.900061/2014-98	PM	7,81%
15414.004839/2008-98	PM	9,81%
15414.901053/2016-21	PM	10,52%
15414.003682/2003-79	PM	8,05%

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

l. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada exercício, de acordo com o estudo técnico realizado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% de juros ao mês.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2022.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.
CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e portanto a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Bradesco Capitalização está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o cálculo do capital regulatório bem como de enviar estudos de precificação de novos produtos.

Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade de a Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Bradesco Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

					2018
Ativos financeiros - *Rating*	**AAA(*)**	**AA**	**BBB**	**Sem *rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**1.588.348**	**2.829**	**-**	**-**	**1.591.177**
Título de renda fixa público	1.416.869	-	-	-	1.416.869
Título de renda fixa privado	171.479	2.829	-	-	174.308
Disponíveis para a venda	**7.519.604**	**-**	**39.624**	**2.483**	**7.561.711**
Título de renda fixa público	7.517.785	-	-	-	7.517.785
Título de renda fixa privado	1.819	-	39.624	2.483	43.926

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta.

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	**Fluxo de Passivos (ii)**
À vista ou sem vencimento definido	3.608	29.617
Fluxo de 0 a 3 meses	1.972.316	1.615.262
Fluxo de 3 a 6 meses	34.545	1.746.459
Fluxo de 6 a 9 meses	166.084	1.128.019
Fluxo de 9 a 12 meses	136.000	1.300.484
Fluxo de 12 a 60 meses	8.384.664	3.153.234
Fluxo acima de 60 meses	8.429	-
Total	**10.705.646**	**8.973.075**

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

	Cenário
Fator de risco	**Choque de 1 ponto-base para taxa de juros e 1% de variação para preços**
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos	87.008
Taxa Pré-fixada de 1 ano	6,56%
Cupom de IPCA de 1 ano	3,00%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes, em 31 de dezembro de 2018:

	Fatores de riscos			
Exercício	**Taxa de Juros em reais**	**Índices de preços**	**Total sem correlação**	**Total com correlação**
Dezembro/2018	(271)	(222)	(493)	(470)
Definição	**Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros**	**Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços**		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2018	%	2017	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	**1.591.177**	**17,38**	**1.365.465**	**16,91**
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.591.177	17,38	1.365.465	16,91
Títulos disponíveis para venda	**7.561.711**	**82,62**	**6.708.758**	**83,09**
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	4.065.489	44,42	3.830.672	47,44
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	3.419.032	37,35	2.834.340	35,10
Títulos de renda fixa - Debêntures	41.443	0,45	41.311	0,51
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro	33.264	0,36	-	-
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	2.483	0,04	2.435	0,04
Total das aplicações financeiras	**9.152.888**	**100,00**	**8.074.223**	**100,00**

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

2018

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	**31.660**	**11.539**	**232.988**	**1.314.990**	**1.591.177**	**1.586.004**	**5.173**
Letras financeiras do tesouro	-	554	-	984.416	984.970	984.941	29
Letras do tesouro nacional	-	-	213.906	199.633	413.539	410.036	3.503
Letras financeiras de emissores privados	-	10.420	19.082	45.947	75.449	75.404	45
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	51.314	51.314	50.247	1.067
Letras do tesouro nacional - operação compromissada (nota 17a)	18.930	-	-	-	18.930	18.930	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	18.360	18.360	18.110	250
Debêntures	-	565	-	15.320	15.885	15.606	279
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 17a)	12.730	-	-	-	12.730	12.730	-
Títulos disponíveis para venda	**161.543**	**34.459**	**129.695**	**7.236.014**	**7.561.711**	**7.361.756**	**199.955**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	4.065.489	4.065.489	3.955.429	110.060
Letras do tesouro nacional	159.060	34.024	129.695	3.096.253	3.419.032	3.324.307	94.725
Debêntures	-	-	-	41.443	41.443	36.452	4.991
Letras financeiras do tesouro	-	435	-	32.829	33.264	33.255	9
Fundos de investimentos imobiliários	2.483	-	-	-	2.483	12.313	(9.830)
Total das aplicações financeiras	**193.203**	**45.998**	**362.683**	**8.551.004**	**9.152.888**	**8.947.760**	**205.128**

2017

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	**145.935**	**60.299**	**2.040**	**1.157.191**	**1.365.465**	**1.361.457**	**4.008**
Letras financeiras do tesouro	-	18.567	-	598.506	617.073	616.975	98
Letras do tesouro nacional	-	-	-	424.498	424.498	421.278	3.220
Letras financeiras de emissores privados	57.698	41.732	-	35.937	135.367	135.240	127
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 17a)	88.237	-	-	-	88.237	88.237	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	52.873	52.873	52.888	(15)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	30.220	30.220	29.685	535
Debêntures	-	-	2.040	15.157	17.197	17.154	43
Títulos disponíveis para venda	**2.435**	**-**	**-**	**6.706.323**	**6.708.758**	**6.705.469**	**3.289**
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.830.672	3.830.672	3.865.150	(34.478)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	2.834.340	2.834.340	2.799.540	34.800
Debêntures	-	-	-	41.311	41.311	30.271	11.040
Fundos de investimentos imobiliários	2.435	-	-	-	2.435	10.508	(8.073)
Total das aplicações financeiras	**148.370**	**60.299**	**2.040**	**7.863.514**	**8.074.223**	**8.066.926**	**7.297**

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	**8.186.955**	**7.054.293**
Total a ser coberto (A)	**8.186.955**	**7.054.293**
Títulos de renda fixa públicos	7.517.785	6.665.012
Quotas de fundos de investimentos	1.112.825	1.175.963
Títulos de renda fixa privados	-	39.918
Total dado em cobertura (B)	**8.630.610**	**7.880.893**
Suficiência (B) - (A)	**443.655**	**826.600**

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	**1.416.869**	**174.308**	**1.591.177**	**1.071.791**	**293.674**	**1.365.465**
Letras financeiras do tesouro	984.970	-	984.970	617.073	-	617.073
Letras do tesouro nacional	413.539	-	413.539	424.498	-	424.498
Letras financeiras de emissores privados	-	75.449	75.449	-	135.367	135.367
Certificados de recebíveis imobiliários	-	51.314	51.314	-	52.873	52.873
Letras do tesouro nacional - operação compromissada (nota 17a)	-	18.930	18.930	-	-	-
Notas do tesouro nacional	18.360	-	18.360	30.220	-	30.220
Debêntures	-	15.885	15.885	-	17.197	17.197
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 17a)	-	12.730	12.730	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 17a)	-	-	-	-	88.237	88.237
Disponíveis para venda	**7.520.268**	**41.443**	**7.561.711**	**6.667.447**	**41.311**	**6.708.758**
Notas do tesouro nacional	4.065.489	-	4.065.489	3.830.672	-	3.830.672
Letras do tesouro nacional	3.419.032	-	3.419.032	2.834.340	-	2.834.340
Debêntures	-	41.443	41.443	-	41.311	41.311
Letras financeiras do tesouro	33.264	-	33.264	-	-	-
Fundos de investimentos imobiliários	2.483	-	2.483	2.435	-	2.435
Total das aplicações financeiras	**8.937.137**	**215.751**	**9.152.888**	**7.739.238**	**334.985**	**8.074.223**

e. Movimentação das aplicações financeiras

2018

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	**1.365.465**	**6.708.758**	**8.074.223**
(+) Aplicações	1.987.125	1.932.324	3.919.449
(-) Resgates	(2.015.265)	(2.484.007)	(4.499.272)
(+) Rendimentos	107.577	654.342	761.919
(-) Ajuste ao valor justo	-	171.307	171.307
(+) Saldo de incorporação (nota 1a)	146.275	578.987	725.262
Saldo final em 31 de dezembro	**1.591.177**	**7.561.711**	**9.152.888**

2017

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	**2.964.285**	**4.545.867**	**7.510.152**
(+) Aplicações	2.047.785	5.420.686	7.468.471
(-) Resgates	(3.961.097)	(3.940.964)	(7.902.061)
(+) Rendimentos	314.492	446.660	761.152
(-) Ajuste ao valor justo	-	236.509	236.509
Saldo final em 31 de dezembro	**1.365.465**	**6.708.758**	**8.074.223**

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 133,36% no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark,* e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 4,22%, 9,50% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Crédito das operações de capitalização

Crédito com operações – instituições parceiras:	2018	2017
Títulos de capitalização – pagamento único	6.487	4.531
Títulos de capitalização – pagamento mensal	14.348	569
Total	**20.835**	**5.100**

6 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizadas nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista, não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

No caso dos contratos futuros de DI (Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia), realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). No caso dos contratos de opções sobre taxa de câmbio de reais por dólar comercial, buscamos mitigar riscos da variação de preço a esta moeda. Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizadas nas carteiras e fundos de investimento da Companhia, têm por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

Em 31 de dezembro de 2018 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R$ 46 ((R$20) em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrativo abaixo:

i. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

2018

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros					
Compromissos de compra:	**282.842**	**-**	**65**	**-**	**65**
Mercado interfinanceiro	282.242	107.981	65	-	65
Compromissos de venda:	**174.861**	**-**	**(19)**	**-**	**(19)**
Mercado interfinanceiro	174.861	-	(19)	-	(19)
Total	**457.703**		**46**		**46**

2017

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros					
Compromissos de compra:	**134.250**	**-**	**10**	**-**	**10**
Mercado interfinanceiro	134.250	38.870	10	-	10
Compromissos de venda:	**95.380**	**-**	**(30)**	**-**	**(30)**
Mercado interfinanceiro	95.380	-	(30)	-	(30)
Total	**229.630**		**(20)**		**(20)**

(*) Refere-se ao valor líquido dos contratos de compra e venda.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimentos

2018

	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	%	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ajuste a receber - futuros	65	-	65	100	-	65	65
Total do ativo (A)	**65**	**-**	**65**	**100**	**-**	**65**	**65**
Ajuste a pagar - futuros	(19)	-	(19)	100	(19)	-	(19)
Total do passivo (B)	**(19)**	**-**	**(19)**	**100**	**(19)**	**-**	**(19)**
Efeito Líquido (A-B)	**46**	**-**	**46**		**(19)**	**65**	**46**

2017

	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	%	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ajuste a receber - futuros	10	-	10	100	-	10	10
Total do ativo (A)	**10**	**-**	**10**	**100**	**-**	**10**	**10**
Ajuste a pagar - futuros	(30)	-	(30)	100	(30)	-	(30)
Total do passivo (B)	**(30)**	**-**	**(30)**	**100**	**(30)**	**-**	**(30)**
Efeito Líquido (A-B)	**(20)**	**-**	**(20)**		**(30)**	**10**	**(20)**

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência

2018

	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros	175.476	282.228	457.704
Total	**175.476**	**282.228**	**457.704**

2017

	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros	229.631	229.631
Total	**229.631**	**229.631**

7 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	83.644	-	83.644	73.936	-	73.936
Créditos tributários diferidos *(c-i)*	-	-	-	-	26.666	26.666
Obrigações fiscais diferidas *(c-ii)*	-	-	-	-	(7.438)	(7.438)
Total	**83.644**	**-**	**83.644**	**73.936**	**19.228**	**93.164**

b. Tributos diferidos

	2018 Não circulante
Créditos tributários diferidos *(c-i)*	16.755
Obrigações fiscais diferidas *(c-ii)*	(86.160)
Total	**(69.405)**

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo de Incorporação	Saldo em 2018
Créditos tributários sobre diferenças temporárias					
Provisões para contingências fiscais	5.463	262	(77)	1.905	7.553
Provisões para contingências cíveis	298	391	-	94	783
Provisões para contingências trabalhistas	3	31	(3)	161	192
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	20.067	-	(12.440)	-	7.627
Outros	835	156	(534)	143	600
Total dos créditos tributários	**26.666**	**840**	**(13.054)**	**2.303**	**16.755**

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisões para contingências fiscais	5.248	334	(119)	5.463
Provisões para contingências cíveis	397	241	(340)	298
Provisões para contingências trabalhistas	107	-	(104)	3
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	20.067	-	-	20.067
Outros	820	811	(796)	835
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**26.639**	**1.386**	**(1.359)**	**26.666**
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	93.288	-	(93.288)	-
Total dos créditos tributários	**119.927**	**1.386**	**(94.647)**	**26.666**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.
CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2017	Constituição	Saldo em 2018
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	1.316	78.665	79.981
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	6.122	57	6.179
Total	**7.438**	**78.722**	**86.160**

	Saldo em 2016	Constituição	Saldo em 2017
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	-	1.316	1.316
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	5.909	213	6.122
Total	**5.909**	**1.529**	**7.438**

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	957	559	1.516
2020	445	252	697
2021	342	192	534
2022	306	171	477
2023 em diante	8.576	4.955	13.531
Total	**10.626**	**6.129**	**16.755**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 15.101 (R$ 23.988 em 31 de dezembro de 2017) referente a diferenças temporárias.

8 Imobilizado

	Saldo em 2017	Saldo de Incorporação (nota 1a)	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 2018
Bens móveis	174	1	179	(88)	(34)	232
Outras imobilizações	977	-	-	(136)	-	841
Total	**1.151**	**1**	**179**	**(224)**	**(34)**	**1.073**

	Saldo em 2016	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2017
Bens móveis	222	7	(55)	174
Outras imobilizações	1.122	2	(147)	977
Total	**1.344**	**9**	**(202)**	**1.151**

9 Intangível

	Saldo em 2017	Aquisição/ (Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 2018
Sistema de computação	59.831	(2.439)	(17.547)	39.845
Total	**59.831**	**(2.439)**	**(17.547)**	**39.845**

	Saldo em 2016	Aquisição/ (Baixa)	Amortização	Saldo em 2017
Sistema de computação	45.317	29.790	(15.276)	59.831
Total	**45.317**	**29.790**	**(15.276)**	**59.831**

(*) Objetivando melhorias nos controles dos itens relativos a desenvolvimentos internos de software, foi criado a área de Gestão Corporativa de Portfolio (GCP), com o objetivo de aperfeiçoar a configuração dos ativos considerados intangíveis, e para tanto, passou a utilizar-se de uma ferramenta para processo de gestão orçamentária e de portfólio de projetos, denominado de Otimize, modificando a forma do controle operacional dos componentes do ativo intangível, que passou a ser realizado por tipo de sistema e tipo de escopo.

Em decorrência, em 31 de dezembro de 2018, houve a baixa de (R$ 20.011) relativo a projetos descontinuados.

10 Obrigações a pagar

	2018	2017
Renovações a regularizar	14.353	173
Fornecedores	11.025	12.038
Partes Relacionadas (nota 17)	5.612	112.843
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	710	941
Participação nos lucros a pagar	556	484
Outras obrigações	1.048	19.678
Total	**33.304**	**146.157**

11 Impostos e contribuições

	2018	2017
Imposto de renda	163.230	139.060
Contribuição social	146.915	126.930
COFINS	2.867	2.625
PIS	466	427
Total	**313.478**	**269.042**

12 Depósito de terceiros

	2018		2017	
	Até 30 dias	Total	Até 30 dias	Total
Valores a reclassificar – Capitalização	1.437	1.437	738	738
Total	**1.437**	**1.437**	**738**	**738**

13 Provisões técnicas

a. Composição

	2018	2017
Provisão matemática para capitalização	7.153.034	6.130.073
Provisão para resgates	875.520	744.950
Provisão para despesas administrativas	97.596	103.795
Provisão para sorteios a realizar	41.690	55.764
Provisão para sorteios a pagar	19.115	19.711
Total	**8.186.955**	**7.054.293**

b. Movimentação das provisões técnicas

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	**7.054.293**	**6.741.400**
(+) Constituições (resgates e sorteios)	5.404.866	5.221.369
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.092.603)	(5.266.705)
(-) Baixa de títulos prescritos	(40.555)	(32.808)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(19.759)	(1.433)
(+) Atualização monetária e juros	431.302	392.470
(+) Saldo de incorporação (nota 1a)	449.411	-
Saldo em 31 de dezembro	**8.186.955**	**7.054.293**

14 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados.

A principal discussão refere-se à dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R$ 9.618 (R$ 9.409 em dezembro de 2017), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

Imposto de Renda, discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida pela Lei nº 8.200, no montante de R$ 4.379 (R$2.737 em 31 de dezembro de 2017).

Questionamento da CSLL exigida das companhias seguradoras, cujo período de discussão compreende maio/96 a janeiro/99, por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia, com provisão no valor R$ 6.236 (R$ 5.222 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os demais processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses (para ex-funcionários), e últimos 60 meses (para terceiros).

(iii) Passivos contingentes

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kirton Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R$ 151.629 (R$ 146.219 em 31 de dezembro de 2017).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**21.525**	**9**	**744**	**22.278**
Constituição liquida de reversões e baixas	65	112	2.295	2.472
Pagamentos	-	-	(1.310)	(1.310)
Atualização monetária	457	-	-	457
Saldo de incorporação (nota 1)	8.213	369	229	8.811
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**30.260**	**490**	**1.958**	**32.708**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**21.010**	**266**	**939**	**22.215**
Constituição líquida de reversões e baixas	(41)	(241)	6.213	5.931
Pagamentos	-	(16)	(6.408)	(6.424)
Atualização monetária	556	-	-	556
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**21.525**	**9**	**744**	**22.278**

(v) Depósitos judiciais e fiscais

	2018	2017
IRPJ e CSLL	58.050	49.063
FINSOCIAL/PIS	4.942	1.020
ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido	4.921	3.842
Cíveis e trabalhistas	486	383
Outros	5.102	206
Total (*)	**73.501**	**54.514**

(*) Variação refere-se a saldos de incorporação da Kirton Capitalização S.A.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 309.373 (227.152 em 31 de dezembro de 2017) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**501.682**	**435.086**
Constituição da reserva legal	(6.455)	(9.046)
Base de cálculo dos dividendos	**495.227**	**426.040**
Dividendos pagos e propostos no exercício	377.573	106.510
Total dos dividendos	**377.573**	**106.510**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**76,24%**	**25,00%**

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos antecipados a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Durante o exercício de 2018, foi deliberado em Reunião da Diretoria, realizadas em 28 de fevereiro, 28 de junho e 27 de dezembro, a distribuição de dividendos no montante de R $707.000 sendo R$ 329.427 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária, e R$ 377.573 como antecipação de distribuição do resultado de 2018.

b. Atos Societários

Em 29 de junho de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da empresa ligada Kirton Capitalização S.A., com base nos balanços patrimoniais levantados em 31 de maio de 2018. A referida operação foi feita através do aporte de capital realizado por sua controladora Bradesco Seguros S.A.

A incorporação ocorreu mediante aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme carta homologatória eletrônica SUSEP nº 4/2018, e correspondente laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, elaborado para a data-base de 31 de maio de 2018.

Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP Nº 7.192 de 27 de agosto de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2018, foi deliberada a redução de capital no montante de R$ 220 milhões, sem alteração no número de ações.

Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP Nº 1.198, de 11 de janeiro de 2019.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16 Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	**738.357**
Ajustes contábeis:	**(40.470)**
(-) Despesas antecipadas	(625)
(-) Ativos intangíveis	(39.845)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	**79.439**
(+) Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. Soc. Capitalização	79.439
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**777.326**
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	**370.076**
Capital base (I)	**10.800**
Capital adicional com correlação (II) (*)	**370.076**
Capital adicional de risco de subscrição	49.194
Capital adicional de risco de crédito	38.967
Capital adicional de risco de mercado	305.665
Capital adicional de risco operacional	34.277
Efeito da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(58.027)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	**407.250**
Ativos líquidos (nota 4c)	**8.630.610**
Suficiência dos ativos garantidores (**) (nota 4c)	**443.655**
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	**379.481**
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	**117%**

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2018 totalizou R$664 (R$610 em dezembro de 2017), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R$32.897 (R$36.899 em dezembro de 2017), sendo: benefícios concedidos R$24.617 (R$28.394 em dezembro de 2017), benefícios a conceder R$8.280 (R$8.505 em dezembro 2017).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2018	2017
Ativo	**31.691**	**88.376**
Disponibilidades	**31**	**139**
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	31	139
Aplicações	**31.660**	**88.237**
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	31.660	88.237
Passivo	**5.612**	**112.843**
Dividendos a pagar	**-**	**106.510**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	-	106.510
Valores a pagar	**5.612**	**6.333**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (b)	3.757	6.003
Livelo S.A.(e)	1.520	-
BSP Affinity Ltda.(empresa ligada) (c)	330	330
Fidelity Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (e)	5	-
Total (ativo – passivo)	**26.079**	**(24.467)**

	2018	2017
Despesas	**(64.528)**	**(56.599)**
Rateio das despesas administrativas	**(42.750)**	**(43.626)**
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (b)	(42.750)	(43.626)
Despesas com aluguéis	**(775)**	**(797)**
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(775)	(797)
Outras despesas	**(4.415)**	**(4.310)**
BSP Affinity (empresa ligada) (c)	(3.960)	(3.960)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)(d)	(455)	(350)
Despesa com comissão	**(979)**	**(1.573)**
Banco Bradesco Cartões S.A. (empresa ligada)	(890)	(1.255)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda (empresa ligada)	(89)	(318)
Despesas com prestação de serviço (e)	**(15.609)**	**(6.293)**
Livelo S.A. (empresa ligada)	(11.572)	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (empresa ligada)	(2.900)	(5.706)
Fidelity Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada)	(817)	(274)
Scopus Soluções em TI S.A.(empresa ligada)	(223)	(45)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada)	(53)	(162)
Scopus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (empresa ligada)	(44)	(106)
Total (receita – despesa)	**(64.528)**	**(56.599)**

(a) Refere-se às operações compromissadas de títulos públicos.
(b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
(c) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
(d) Despesas com taxa de custódia, CETIP, SELIC e serviços de ações escriturais.
(e) Despesas com prestação de serviços relacionados à tecnologia da informação, assistência 24 horas, Call Center e Programa de alimentação ao trabalhador e Programa de recompensas - Livelo.

i. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2018, foi determinado o valor máximo de R$84 para a remuneração dos Administradores.

ii. Outros

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal chave da administração.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2018	2017
Despesas de custeamento de venda	(39.445)	(32.395)
Despesas de corretagem	(1.418)	(2.648)
Outros custos de Aquisição	(3.598)	(3.896)
Total	**(44.461)**	**(38.939)**

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2018	2017
Receita com baixa de títulos prescritos	40.555	32.809
Constituição/reversão de provisão para contingências cíveis	(985)	194
Outras receitas e despesas operacionais	9.363	(11.289)
Total	**48.933**	**21.714**

c. Despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com pessoal próprio	(27.291)	(27.363)
Ordenados	(15.266)	(13.668)
INSS/FGTS	(5.380)	(4.957)
Planos de previdência privada (nota 17)	(664)	(610)
Honorários da Administração	(81)	(298)
Outras	(5.900)	(7.830)
Despesas com localização e funcionamento	(31.471)	(32.747)
Despesas com serviços de terceiros	(14.051)	(15.703)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(12.114)	(13.358)
Despesas com donativos e contribuições	(6.180)	(8.128)
Despesas administrativas diversas	(2.179)	(1.570)
Total	**(93.286)**	**(98.869)**

d. Despesas com tributos

	2018	2017
Despesas com COFINS	(32.201)	(23.590)
Despesas com PIS	(5.233)	(3.833)
Despesas com taxa de fiscalização	(2.186)	(1.886)
Impostos federais/estaduais/municipais	(726)	(463)
Total	**(40.346)**	**(29.772)**

e. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	847.468	852.064
Atualização monetária de créditos tributários	4.170	4.225
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	714	548
Receitas com títulos de renda variável - dividendos e juros sobre o capital próprio	1	-
Subtotal	**852.353**	**856.837**
Despesas financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas	(431.302)	(392.470)
Despesas com títulos de renda fixa	(85.549)	(90.912)
Atualização monetária de provisões judiciais	(480)	(4.825)
Tributação sobre operações financeiras	(11)	-
Outras despesas financeiras	(574)	(1.035)
Subtotal	**(517.916)**	**(489.242)**
Total	**334.437**	**367.595**

f. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Impostos diferidos		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	(12.271)	(187)
Subtotal	**(12.271)**	**(187)**
Imposto de renda e contribuição social devidos	(415.817)	(355.453)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(428.088)**	**(355.640)**

20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes de impostos e participações	**930.386**	**791.239**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20% respectivamente	(418.674)	(356.058)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro	277	231
Doações, patrocínios e brindes	(3.983)	(5.297)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(454)	(1.130)
Contribuição de entidade de classe	(166)	(170)
Outros valores	(5.088)	6.784
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	**(428.088)**	**(355.640)**
Alíquota efetiva	**46,01%**	**44,95%**

21 Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2019, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser	Diretor-Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor-Gerente
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor
Juliano Ribeiro Marcílio	Diretor

Bernardo Ferreira Castello
Atuário - MIBA nº 1717

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Capitalização S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas inte

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG

Osasco, 26 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.

continuação

bradesco seguros

Bradesco Capitalização S.A.

CNPJ Nº 33.010.851/0001-74

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Bradesco Capitalização S.A.
CNPJ: 33.010.851/0001-74
Barueri - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e nos demonstrativos do capital mínimo e na análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da análise de solvência da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679
Endereço: Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Vérios Gestão de Recursos S.A.

CNPJ/MF nº 23.351.397/0001-61

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2017**	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	402	1.127
Outros créditos	71	28
Total do ativo circulante	473	1.155
Empréstimos – Sócios	244	88
Outros créditos	16	–
Imobilizado	15	3
Intangível	179	–
Total do ativo não circulante	454	91
Total do ativo	**927**	**1.246**
Passivo	**2017**	**2016**
Empréstimos – Investidores	4.601	2.014
Fornecedores	61	7
Salários e encargos sociais	39	54
Tributos a pagar	36	3
Demais contas a pagar	–	20
Total do passivo circulante	4.737	2.096
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(3.810)**	**(853)**
Capital social	2	–
Capital à Integralizar	–	(2)
Prejuízos acumulados	(3.812)	(851)
Total do passivo e patrimônio líquido	**927**	**1.246**

Demonstração do Resultado

Operações continuadas	**2017**	**2016**
Receita operacional líquida	441	30
Custo dos serviços prestados	(201)	(3)
Lucro bruto	240	27
Despesas com pessoal	(503)	(273)
Despesas administrativas	(727)	(650)
Despesas comerciais	(222)	–
Outras despesas operacionais, líquidas	(18)	–
Prejuízo operacional	(1.230)	(895)
Receitas financeiras, líquidas	32	52
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(1.198)	(843)
Impostos de renda e contribuição social	(50)	(8)
Prejuízo do exercício	**(1.248)**	**(851)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	**Capital social**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31/12/2015	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	(851)	(851)
Saldos em 31/12/2016	–	(851)	(851)
Saldo Incorporado	–	(1.712)	(1.712)
Integralização de capital	2	–	2
Prejuízo do exercício	–	(1.248)	(1.248)
Saldos em 31/12/2017	**2**	**(3.812)**	**(3.810)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2017**
Prejuízo do exercício	(1.248)
Ajustes de: Incorporação de PL da Vérios Software e Sistemas de Informações Ltda.	(1.712)
Depreciação de ativo imobilizado	(1)
Resultado Liquido Ajustado	**(2.961)**
(Aumento)/Redução de ativos: Despesas do Exercício Seguinte	(18)
Tributos a recuperar	(39)
Empréstimos – Sócios	(155)
Mutuo com parte relacionada	(2)
Aumento/(Redução) de passivos	
Empréstimos – Investidores	2.587
Fornecedores	(3)
Obrigações trabalhistas e sociais	(18)
Obrigações tributárias	33
Outras contas a pagar	40
Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades operacionais	**(537)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(12)
Aquisição de intangivel	(179)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	**(727)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Capital Subscrito	2
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamento	**2**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(725)**
Modificações no caixa e equivalentes de caixa líquidos	
Saldo no inicio do exercício	1.127
Saldo no final do exercício	402
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(725)**

Notas Explicativas

A Vérios Gestão de Recursos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. Constituída em 9 de setembro de 2015 como VSSI Gestão de Recursos Ltda. e sua razão social alterada para Vérios Gestão de Recursos Ltda. em 3 de fevereiro de 2016. Através do instrumento particular da quinta alteração contratual em 28 de novembro de 2017 foi aprovada a incorporação da Vérios Software Sistemas de Informação Ltda. A Companhia tem como objeto social a administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras de ativos, inclusive títulos e valores mobiliáiros no Brasil, sendo vedada a gestão de recursos prórios e a prática de atividades privativas de instituições financeiras.

Felipe Linetzky Sotto Maior – Sócio Administrador

José Notari Filho – TC CRC 1SP 081.835/O-7

Madiére Incorporação Ltda.

CNPJ/MF nº 12.891.968/0001-34 - NIRE 35.224.867.511

12ª Alteração e Consolidação de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, **Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF 09.040.451/0001-27, JUCESP/NIRE 35.221.675.531, representada por seus administradores **Maurício P. B. Lima**, e **Adolpho Lindenberg Filho**, ("LPI"); e **Lindencorp Participações, Administração e Serviços Ltda.** (atual denominação da **Lindencorp Participações, Administração e Serviços S.A.**, nos termos da AG de Transformação da Lindencorp Participações, Administração e Serviços S.A. em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, realizada em 18/06/2014 e devidamente registrada perante a JUCESP), com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF 07.868.844/0001-06, JUCESP/NIRE 35.220.438.241, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seus administradores, **Maurício P. B. Lima** e **Adolpho Lindenberg Filho**, ("LIPASE"). Únicas sócias da **Madiére Incorporação Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF 12.891.968/0001-34, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP/NIRE 35.224.867.511 ("Sociedade"). Resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, deliberar sobre as seguintes matérias e alterar o Contrato Social da Sociedade: **Cláusula 1ª: Do Cancelamento das Quotas: 1.1** As Sócias, neste ato, em virtude da não realização total da integralização de capital pela sócia **LPI** definida em sua 10ª Alteração de Contrato Social de 13/12/2016, registrada na JUCESP em 22/12/2016 sob o nº 530.103/16-3, decidem cancelar 1.725.515 quotas com o valor nominal de R$ 1,00 cada, passado, portanto o capital da sociedade **De** R$60.000.000,00, **Para** R$58.274.485,00. **Cláusula 2ª - Da Redução do Capital: 2.1.** Em ato contínuo, considerando que o Capital Social da Sociedade encontra-se excessivo em relação ao seu objeto, decidem as Sócias, **Reduzir** o Capital Social, nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil. **2.2.** A presente redução contempla o valor total de R$58.273.485,00, sendo a importância de R$31.846.249,00, destinada para a Absorção de Prejuízos Acumulados da Sociedade, e o saldo de R$26.427.235,00 a ser restituído à sócia **LPI** com a anuência da **LIPASE**. **2.3.** Com a presente redução, o Capital Social da Sociedade passa **De** R$58.274.485,00 **Para** R$1.000,00, dividido em 1.000 quotas, iguais e indivisíveis de valor unitário de R$1,00 cada. **2.4.** Em virtude das deliberações aprovadas acima, o *caput* da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Cláusula 4ª** - o Capital Social da Sociedade é de R$1.000,00, dividido em 1.000 quotas, estando quotas subscritas e integralizadas da seguinte forma: 1. **Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.** - possui 999 quotas com valor nominal de R$1,00 cada e que perfazem um montante de R$999,00; e 2. **Lindencorp Participações, Administração e Serviços Ltda.** - possui 1 quota com valor nominal de R$1,00 cada e que perfazem um montante de R$1,00."* São Paulo, 30/11/2018. **Sócias: Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. -** Maurício P. B. Lima, Adolpho Lindenberg Filho; **Lindencorp Participações, Administração e Serviços Ltda. -** Maurício P. B. Lima, Adolpho Lindenberg Filho.

CRISTINA CARVALHO CAPATO LAROCA 22656876850 - Rota 54 Ateliê da Madeira, torna público que requereu ao DAAE Araraquara a Licença Prévia e Instalação e Operação concomitantes para Fabricação de moveis, sito a Av: Prof. Virgílio de Abranches Quintão, 937, Vila Jose Bonifácio, Araraquara-SP.

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-80 / NIRE 35300180631

Companhia Aberta

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Liq Participações S.A.

A **Liq Participações S.A.** ("Companhia") convoca aos titulares das debêntures da 2ª emissão privada de debêntures simples, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória, conjugada com bônus de subscrição, da Companhia ("Debenturistas", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos da Cláusula VIII do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Série Única, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, Conjugada com Bônus de Subscrição da Liq Participações S.A.", conforme alterado ("Escritura"), a ser realizada, em primeira convocação, **no dia 15 de março de 2019, às 11h00,** na sede da Companhia, localizada na Avenida Paulista, 407, 8º andar, São Paulo/SP ("AGD"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) postergação da data de pagamento, suspensão da exigibilidade do pagamento, alteração, redução ou escalonamento dos valores referentes à Remuneração das Debêntures devida em 15 de março de 2019, conforme venha a ser determinado pelos Debenturistas. Instruções gerais: (1) a documentação relativa à ordem do dia está disponível para consulta na sede da Companhia e na internet nas páginas da Companhia (http://ri.liq.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br); (2) para maior celeridade no cadastramento, solicitamos ao Debenturista que for representado por procurador que deposite, até 48 horas antes da AGD, o respectivo mandato, com poderes especiais, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos necessários à comprovação da representação do Debenturista, quando pessoa jurídica, bem como lista da(s) sociedade(s) e/ou fundo(s) que representam e suas respectivas quantidades, na sede da Companhia, aos cuidados de sua Diretoria Jurídica, e à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agente fiduciário da Emissão, através do correio eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. André Tavares Paradizi - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores.

Centro de Conveniência e Serviços Panamby S/A

CNPJ nº 07.012.790/0001-74

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam V.Sas. convocadas para a AGO, de acordo e nos termos do Artigo 7º, inciso I do Estatuto Social, a qual será realizada em 28/3/19, 5ª feira, 16h, na Sede da Administradora, na Rua José Ramon Urtiza, 975, 2º Subsolo, Vila Andrade, SP/SP, **Open Mall Panamby**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Aprovação de contas - Exercício 2018; **(ii)** Comercialização - Novas locações; **(iii)** Operacional - Demonstração das Melhorias Realizadas; **(iv)** Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. **A Administração.** **(26, 27 e 28/02/2019)**

HM 18 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 10.419.479/0001-59 - NIRE 35.222.765.401

Extrato da Ata de Reunião de Sócias Quotistas

Data, Hora e Local: Em 28/12/2018, às 10h20min, na sede da empresa em Barretos (SP). **Presença:** A totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **Mesa:** Presidente: **Mauro Rocha Bastazin** e Secretária: **Sylvia Gemha Bianco de Azevedo**. **Ordem do Dia/Deliberação:** Com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, as sócias quotistas deliberam, por unanimidade, reduzir o capital social da Sociedade em R$ 51.601,00, passando o mesmo dos atuais R$ 251.601,00, para R$ 200.000,00, com o cancelamento de 51.601, quotas, correspondente ao capital social reduzido. A redução do capital social será feita, com a expressa anuência da sócia **HM Participações e Representações Ltda.**, mediante a restituição do valor de R$ 51.601,00, à sócia **HM Engenharia e Construções S.A.**, correspondente ao valor das 51.601 quotas de sua titularidade, subscritas, integralizadas e ora canceladas. **1.** Em virtude das deliberações acima, o capital social da Sociedade passa de R$ 251.601,00 para R$ 200.000,00, totalmente subscrito e integralizado. Para refletir tal modificação, as sócias decidem alterar a redação do *caput* da **Cláusula 5ª** e **seus itens (i)** e **(ii)**, do Contrato Social, que passam a vigorar, na íntegra, com as seguintes redações, mantidas inalteradas as demais disposições contratuais: **"Cláusula 5ª -** O capital da Sociedade é de R$ 200.000,00 dividido 200.000 quotas, no valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios: **(i) HM Engenharia e Construções S.A.** possui 199.999 quotas, no valor de R$ 199.999,00; e **(ii) HM Participações e Representações Ltda.,** possui 01 quota, no valor de R$1,00". Nada mais. Campinas (SP), 28/12/2018. **Mesa Dirigente: Mauro Rocha Bastazin -** Presidente - Assinado com certificado digital ICP-Brasil; **Sylvia Gemha Bianco de Azevedo -** Secretária - Assinado com certificado digital ICP-Brasil.

Costa Pinto S.A.

CNPJ/MF n° 44.689.123/0001-57 - NIRE 35.300.008.286

Aviso aos Acionistas

A **Costa Pinto S.A.** ("Companhia") comunica aos seus acionistas, que conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2019, a qual aprovou o grupamento das ações da Companhia na proporção de 100.000 (cem mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias, que compreende de 1° de março de 2019 (inclusive) a 1° de abril de 2019 (inclusive), para que os acionistas detentores de ações que não sejam múltiplos de 100.000 (cem mil), possam a seu livre critério: (a) manifestar à Companhia sua intenção de alienar ações de sua titularidade à Companhia, para manutenção em tesouraria, nos termos da alínea "b" do §1º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76; ou (b) ajustar livremente entre si a compra e venda de ações da mesma classe, de forma a evitar a formação de frações de ações de cada classe no momento da efetivação do grupamento. No caso previsto no item (a) acima, a Companhia irá atender a todos aqueles que manifestem sua intenção no prazo previsto, pelo telefone (19) 2105-4457 - Rita de Cassia Amaral ou por meio do endereço eletrônico ritaamaral@aguassanta.com.br. São Paulo, 28 de fevereiro de 2019. **Celso Renato Geraldin -** Diretor Executivo.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 às 01:29:20.